

# ORÇAMENTO DA AGRICULTURA <sup>(1)</sup>

**Cleber Bueno Guerra <sup>(2)</sup>**

Muito embora a agricultura represente a base econômica de 84% dos municípios capixabas; responda por 40% do PIB estadual e absorva quase metade da mão-de-obra total, sua importância não tem sido expressada no Orçamento Estadual, há muito com dotações inexpressivas e decrescentes. A fatia orçamentária destinada à Secretaria de Agricultura (SEAG) diminuiu de 4,33%, em 1987, para os atuais 1,39%, queda esta que traduz certo declínio político da pasta, o sucateamento de sua infra-estrutura e redução do corpo técnico do Sistema, sem nenhuma reposição nos últimos 15 anos. Atualmente, a quase totalidade destes recursos é aplicada em pagamento de pessoal e o repasse financeiro do tesouro estadual tem sido insuficiente para cobrir o custeio mínimo, gerando inadimplência e implicações negativas em novas captações. Sobras para investimentos na promoção do desenvolvimento rural sustentável nem pensar!!! Como resultado, tem-se o atual comprometimento da prestação de serviços técnicos, que deveriam ser públicos, gratuitos e de qualidade.

O quadro é tão grave que, pela 1ª vez, oito Ex-Secretários da Agricultura, todos ainda militantes do setor, reuniram-se com Marcelino Fraga para manifestar apoio ao esforço de recuperar dotações orçamentárias condizentes com a grandeza do agronegócio capixaba e do Sistema SEAG. Na oportunidade, eles reforçaram a tese da necessidade de uma fatia orçamentária média de 5% e sugeriram prioridade para abertura de concurso público, visando suprir a atual falta de técnicos.

Sabe-se, entretanto, que apenas percentuais maiores de dotação orçamentária não garantem a efetiva liberação dos recursos. O que a garante, de fato, é vontade política, como aquela que viabilizou aprovação pela Assembléia Legislativa de suplementação orçamentária de R\$1,5 milhões, para conclusão da CEASA-Sul. Desta forma, por mais que seja meritória e oportuna a luta do atual Secretário de elevar a fatia percentual do orçamento da SEAG,

ela deve ser vista como marco de reversão da atual tendência e um bom começo para a efetiva valorização política de nossa agricultura. A começar por diminuir a discriminação observada no âmbito do próprio Poder Executivo, que, desconsiderando sua importância e particularidades, a prioriza como fonte de cortes na proposta orçamentária, antes mesmo de submetê-la à “batalha legislativa” para sua aprovação

Concluindo, é fundamental garantir dotações orçamentárias condizentes com a missão da SEAG e demandas do setor agropecuário, florestal e pesqueiro, mas, de preferência, em valores absolutos. Somente assim poderemos continuar sonhando com uma agricultura politicamente valorizada, sem prejuízos técnicos para as cadeias produtivas, mas, sobretudo, com políticas públicas coerentes e contínuas.

<sup>(1)</sup> Publicado em A Gazeta, Vitória/ES, 02/10/2001.

<sup>(2)</sup> Eng. Agrônomo do Incaper e ex-Secretário de Estado da Agricultura.

## UMA NOVA EXTENSÃO RURAL <sup>(1)</sup>

**Cleber Bueno Guerra <sup>(2)</sup>**

O Serviço de Extensão Rural foi implantado no Espírito Santo pela Associação de Crédito e Assistência Técnica do Espírito Santo- ACARES, em 1956, oito anos após criado em Minas Gerais, Estado pioneiro no Brasil. Seu objetivo original era prestar uma assistência integral às famílias do meio rural, mas, nas décadas seguintes, sofreu variações em seu rumo, tendo o Extensionista passado de “generalista” para “especialista em produtos”, atuando, por longo período, nos grandes projetos voltados para a exportação. Incorporada pelo Governo Estadual, a ACARES foi substituída pela EMATER/ES, em 1975, e a partir da sua fusão com a ex- EMCAPA, foi criada a EMCAPER, em 1999, logo depois transformada no atual Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural- INCAPER.